

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 249

Período: 19/05/07 a 25/05/07

GEDES – Brasil

- 1- Vaticano analisará punição da FAB a capelão
- 2- Brasil cria coordenadoria para pesquisas sobre fusão nuclear
- 3- Marinha pode perder base na restinga da Marambaia
- 4- Analista discute a participação das Forças Armadas no combate ao narcotráfico
- 5- Ex-senador afirma que Guerrilha do Araguaia foi utilizada como pretexto para extensão do regime militar
- 6- Aeronáutica afirma que equipamentos não causaram acidente aéreo
- 7- Exército é autorizado a atuar em desocupação de usina hidrelétrica

1- Vaticano analisará punição da FAB a capelão

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o Comando da Aeronáutica não se pronunciou acerca do envio do relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) movido contra o major-capelão Newton de Medeiros acusado pela Aeronáutica de cobrar para realizar celebrações religiosas na capela da Universidade da Força Aérea (Sulacap, Zona Oeste do Rio de Janeiro) para a Congregação para o Clero no Vaticano e para o núncio apostólico do Brasil, d. Lorenzo Baldisseri. O processo foi arquivado, em 2006, por “falta de justa causa”, ou seja, não ficou provada a culpa do acusado, já que as investigações mostraram que tratava-se de uma prática autorizada pela Arquidiocese de Rio, a qual era desconhecida do comandante do campus da Universidade da Força Aérea (Unifa), brigadeiro Raúl José Ferreira Dias. Ainda assim, Medeiros sofreu prisão administrativa, passou por internação hospitalar e, por fim, foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília. Ele alega, no entanto, que a atitude de encaminhar o relatório para o Vaticano partiu de sua advogada que se pronunciou a cerca do assunto afirmando que o caso do padre mobilizou os capelões católicos da Aeronáutica, os quais se preocupam com o fato de possuírem dois comandos distintos. (Folha de S. Paulo – 19/05/07).

2- Brasil cria coordenadoria para pesquisas sobre fusão nuclear

O *Jornal do Brasil* noticiou que o país, diante das possíveis benesses da tecnologia de fusão nuclear controlada, entre as quais, de que ela geraria energia abundante, limpa e segura, criou a Rede Nacional de Fusão (RNF). O objetivo seria promover o avanço da área e a participação em colaborações internacionais, principalmente na do Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER, sigla em inglês). A criação do RNF seria o primeiro passo para formalizar a colaboração do Brasil no ITER e seu êxito poderia levar à criação de um Laboratório Nacional de Fusão. Para o físico Odair Dias Gonçalves, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e coordenador da RNF, a rede permitiria que o Brasil se mantivesse competente na área, formasse mão-de-obra qualificada e dominasse a tecnologia. (Jornal do Brasil – Ciência e Tecnologia – 20/05/07).

3- Marinha pode perder base na restinga da Marambaia

De acordo com o jornal *O Globo*, a Marinha poderia se retirar da restinga da Marambaia, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, onde mantém um Centro de Adestramento sob o comando dos Fuzileiros Navais, devido a um processo que vem circulando nos órgãos do governo federal. As chances de desocupação aumentaram, segundo a Força, desde que a Justiça

Federal decidiu conceder à comunidade local, que se autodefine como remanescente de comunidades escravas (quilombolas), o direito de permanecer no local. O capitão-de-mar-e-guerra Alexandre José Barreto de Mattos, imediato do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, afirmou que a Marinha reconhece o direito inalienável dos quilombolas à ocupação da terra, mas teme que a restinga, considerada área de proteção ambiental e de segurança nacional, sofra o risco de invasões, especulação imobiliária, superpopulação e favelização. (O Globo – Rio – 20/05/07).

4- Analista discute a participação das Forças Armadas no combate ao narcotráfico

Em artigo veiculado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Jorge Castañeda, professor de estudos latino-americanos na Universidade de Nova York e ex-secretário de Relações Exteriores do México entre 2000 e 2003, analisou a participação das Forças Armadas no combate ao narcotráfico. Castañeda registrou que, semelhantemente ao México, muitos países latino-americanos estariam se defrontando com a expansão da atuação do crime organizado em suas sociedades e que isto estaria levando os governos a pensarem na possibilidade do recurso às Forças Armadas para conter tal atuação. Contudo, existiriam alguns argumentos contrários à intervenção militar, entre os quais, a maneira de devolver as tropas aos quartéis; o custo econômico dos militares em atuação; a falta de preparo dos militares para o que seria um trabalho policial; e, por último, a atuação dos militares constituir um pretexto para postergar uma solução permanente do problema, que seria a criação de uma polícia nacional eficaz e bem equipada. Castañeda concluiu seu raciocínio afirmando que, embora ainda inexistisse uma solução definitiva para o combate ao narcotráfico, dever-se-ia discuti-la com esmero para que uma eventual empresa lograsse um resultado satisfatório. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 20/05/07).

5- Ex-senador afirma que Guerrilha do Araguaia foi utilizada como pretexto para extensão do regime militar

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o ex-senador Jarbas Passarinho suspeita que a Guerrilha do Araguaia tenha sido utilizada pela linha dura das Forças Armadas como um pretexto para prolongar o regime militar vigente na época. Segundo ele, que fora ministro em duas ocasiões no regime militar, o presidente do período, Emílio Garrastazu Médici, e o alto comando das Forças Armadas não sabiam ao certo o que se passou nas matas do Araguaia quando 58 guerrilheiros e dezenas de moradores desapareceram entre o final de 1972 e 1974. Passarinho afirmou que havia um comando paralelo, um grupo de oficiais no Araguaia que tomava decisões independentes com o intuito de evitar que o presidente Médici convocasse eleições diretas ou passasse o governo a um civil. Esse mesmo grupo insistia na idéia de que era necessária uma contra-insurreição para sufocar os revoltosos. Assim, em 1973, os militares exterminaram os supostos rebeldes. Depois dos guerrilheiros que haviam sido presos na primeira campanha militar (entre eles o deputado José Genoíno) nenhum outro foi encontrado com vida. (Jornal do Brasil – País – 21/05/07).

6- Aeronáutica afirma que equipamentos não causaram acidente aéreo

Segundo *O Estado de S. Paulo*, a divulgação das imagens de radar registradas minutos antes do choque entre o jato americano Legacy e o Boeing da Empresa Aérea Gol, ocorrido em 29/09/06, reabriu a crise entre os controladores de voo e a Aeronáutica. Segundo os militares, as imagens são prova de que não houve falha de equipamentos no momento do acidente, sendo que o sistema emitiu três alertas, mas nenhuma providência foi tomada para evitar a colisão. Já para o vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de

Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), Moisés Almeida, as imagens foram extraídas do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-4), localizado em Manaus, e não do Cindacta-1, localizado em Brasília e responsável pela cobertura da área onde ocorreu a colisão, no qual, segundo Almeida, “o controlador foi induzido a erro porque os alertas não apareceram”. A versão da Força Aérea Brasileira (FAB) é que o primeiro alerta surgiu na tela 3 minutos antes do Legacy chegar à vertical de Brasília, onde teria de mudar a altitude de vôo; o segundo apareceu em forma de interrogação, como se o sistema questionasse o fato do jato ter desrespeitado a ordem; e o terceiro apareceu a letra “Z”, indicando que a altitude indicada pelos radares era imprecisa. Neste momento o transponder (aparelho que faz a comunicação entre aeronave e radares em terra) parou de funcionar e só 24 minutos depois é que os controladores tentaram se comunicar por rádio com o jato. O ICA 100-12 (documento que estabelece as regras e os serviços de tráfego aéreo) determina que, a qualquer falha, o controlador de vôo deve chamar os pilotos imediatamente, sendo que eles ainda não explicaram porque “deixaram de agir”. Segundo a *Folha de S. Paulo*, os pilotos do Legacy também são responsáveis pela colisão devido ao "desligamento não-intencional" do transponder, que permite ao controle aéreo saber a altitude do avião e aciona o sistema anticolisão. O coronel Eduardo dos Santos Raulino, comandante do Cindacta-1, defendeu o funcionamento do sistema e dos equipamentos, acusando indiretamente os controladores, o que desagradou à categoria. Entretanto, a Aeronáutica reconheceu que muitos oficiais que trabalham no tráfego aéreo não dominam o funcionamento do sistema e vai recomendar a instalação de alarme sonoro, se a altitude do vôo estiver diferente do plano de vôo, o sistema anticolisão deixar de funcionar ou o transponder for desligado. O presidente da associação dos controladores de vôo de Brasília, sargento Wellington Rodrigues, depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo e contestou as declarações de Santos. Wellington Rodrigues, segundo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além de contestar os dados fornecidos pela Aeronáutica e de listar diversos problemas relacionados aos radares e rádios, ainda afirmou que houve falha no software utilizado no Cindacta-1, dizendo que a culpa pelo acidente do vôo 1907 pode ter sido dos controladores, mas que a responsabilidade é da Aeronáutica. Ele confirmou também que por pouco não houve uma colisão entre um Boeing e um Airbus perto de Brasília por volta do dia 10/05/07, fato negado pela FAB, que afirmou não ter registros do incidente descrito. Porém, segundo o *jornal Folha de S. Paulo*, pressionada pela CPI, a Aeronáutica terminou por revelar que duas colisões envolvendo aviões comerciais quase ocorreram neste mês, incluindo um incidente entre um avião da TAM e uma aeronave da FAB que testava equipamentos. Segundo a Aeronáutica, o cruzamento entre esses dois aviões não representou perigo, pois seu avião mantinha “contato visual” com o Airbus. A *Folha de S. Paulo* afirmou que os relatórios são preliminares e que ainda não se pode afirmar se há ou não gravidade nos incidentes. As investigações aeronáuticas são sigilosas. O jornal ainda informou que, apesar de ter negado a ocorrência do incidente descrito por Wellington Rodrigues, a FAB informou oito reportes de incidente na região do Cindacta-1 entre janeiro e abril de 2007 e que afirmou que a investigação apontou que nenhum deles teve riscos de colisão. *O Estado de S. Paulo* informou ainda que a CPI aprovou medida que requer ao Ministério da Defesa a divulgação dos nomes dos controladores de vôo que estavam presentes no Cindacta-1 no momento do acidente, assim como a sua convocação para depoimento. O brigadeiro Ramón Cardoso, chefe do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), em seu depoimento na CPI, afirmou um contingenciamento de R\$149,5 milhões no orçamento para manutenção e modernização do setor aéreo no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que há déficit de controladores, mas o Ministério da Defesa negou o contingenciamento. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 22/05/07*; *Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/05/07*; *Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/07*; *O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/05/07*; *Folha de S. Paulo – Brasil – 23/05/07*; *O Estado de S. Paulo – Cotidiano – 23/05/07*; *O Estado de S. Paulo – Nacional –*

24/05/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 25/05/07).

7- Exército é autorizado a atuar em desocupação de usina hidrelétrica

De acordo com o jornal *O Globo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o envio de tropas do Exército para atuar na desocupação da usina hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Paraná. A usina foi invadida por integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Movimento dos Sem-Terra e da Via Campesina, que ameaçaram prejudicar o fornecimento de energia caso suas reivindicações não fossem atendidas. No entanto, segundo a *Folha de S. Paulo*, a maioria dos manifestantes já havia deixado o local antes mesmo da chegada do Exército e os manifestantes que restaram iniciaram sua saída no dia 24/05/07, após uma negociação com o Exército, que havia cercado a usina com quatrocentos soldados. Conforme noticiado pelo mesmo jornal, a negociação com representantes do Exército também levou os manifestantes a libertarem o funcionário da Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), empresa que dirige a usina de Tucuruí, usado durante 13 horas como escudo contra a invasão dos soldados. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/05/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/05/07; O Globo – O País – 24/05/07; O Estado de S. Paulo – Nacional - 25/05/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

***Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana Bigatão (mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq) e Victor Missiato (Redator, graduando em História).